

**AS RELAÇÕES DE PODER E O SISTEMA EDUCACIONAL: AS COTAS
SOCIAIS COMO UM MECANISMO DE RUPTURA**

SABRINA OLÍMPIO CALDAS DE CASTRO¹
DÉBORA GONZAGA MARTIN²

RESUMO: Este ensaio teve como objetivo mostrar que as cotas sociais para o ingresso nas universidades federais se justificam não apenas em virtude do ensino público médio e básico deficitário, mas também em virtude das relações de poder que o sistema educacional brasileiro contribui para institucionalizar. Para tanto, o sistema escolar impõe determinado patrimônio cultural, além de contribuir para que haja uma reprodução das classes sociais, sendo que esses mecanismos se relacionam diretamente. Em virtude de tais aspectos, as cotas sociais se justificam por facilitar aos menos favorecidos o acesso ao conhecimento. Assim, proporcionam mudanças na ordem anteriormente vigente, envolta pelas relações de poder relacionadas ao sistema educacional, uma vez que antes da lei 12.711/2012 as vagas das universidades federais eram majoritariamente preenchidas por indivíduos das classes mais favorecidas, acarretando em um ciclo vicioso que favorecia a manutenção das classes. As instituições superiores foram fundadas no Brasil para atender aos indivíduos da elite brasileira, e nota-se que permaneceram traços historicamente enraizados dessa relação de poder quanto ao ensino superior. Como resultado, houve uma insatisfação de membros das classes mais favorecidas, ao depararem com a ampliação da oportunidade de indivíduos das classes desfavorecidas ingressarem nas universidades federais. Acredita-se que essas identificações de como essas relações de poder estão intrínsecas no sistema educacional possibilita iniciar discussões de fatores que não são facilmente identificados, mas que propiciam a compreensão dos motivos que ocasionaram divergências no meio social em virtude da sanção da Lei das Cotas Sociais.

Palavras-chave: Relações de poder; Cotas sociais; Sistema educacional.

ABSTRACT: This essay aimed to show that the social quotas for admission to the Federal Universities are justified not only because of the public deficit and basic public education, but also because of the power relations that the Brazilian educational system contributes to institutionalize. The school system imposes certain cultural patrimony, in addition to contributing to a reproduction of social classes, and these mechanisms are directly related. By virtue of these aspects, the social quotas are justified by facilitating access to knowledge for the less privileged. Thus, they provide changes in the previously existing order involved by the relations of power related to the educational system, since before the law 12.711 / 2012, the vacancies of the federal universities were mostly filled by individuals of the most favored classes, which entailed in a vicious cycle which favored the maintenance of classes.

¹ Doutoranda em Administração no PPGADM-UFV, Viçosa – MG.

² Doutoranda em Administração no PPGADM-UFV, Viçosa – MG.

The superior institutions were founded in Brazil to attend the individuals of the Brazilian elite, and it has been noted that historically rooted traces of this relation of power to higher education remained. As a result, there was dissatisfaction among members of the most favored classes as they faced the widening of the opportunity for disadvantaged classes to enter Federal Universities. It is believed that these identifications of how these power relations are intrinsic in the educational system makes it possible to initiate discussions of factors that are not easily identified but which provide an understanding of the reasons that led to divergences in the social environment due to the sanction of the Law of Social Quotas.

Keywords: Social quotas; Power relationship; Educational system.

1. INTRODUÇÃO

O sistema de cotas constitui no mecanismo mais praticado de ação afirmativa. No Brasil, há existência de cotas de participação em alguns campos da sociedade, tais como as cotas destinadas a negros, pardos e portadores de deficiência física em concursos públicos, bem como ao ingresso das mulheres na esfera política. No entanto, segundo Motta e Lopes (2012), a discussão referente às cotas para acesso ao ensino superior destaca-se como um dos mais intensos e polêmicos debates no meio social e acadêmico.

O assunto atingiu seu ápice em 2012. Em agosto desse ano, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.711, conhecida como Lei de Cotas Sociais, tornando obrigatório que até agosto de 2016 todas as instituições federais de ensino reservem no mínimo 50% das vagas para estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas da rede pública. Dessas vagas, metade deve ser reservada aos estudantes cujas famílias possuem renda per capita de até um salário mínimo e meio. Dentro desses 50%, as instituições também deverão reservar um número de vagas para candidatos autodeclarados negros, pardos e índios, no mínimo proporcionalmente ao número de negros, pardos e índios da unidade da Federação onde está instalada, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A favor das cotas destinadas aos estudantes provenientes de escolas públicas, argumenta-se que estes alunos se encontram em desvantagem ao tentarem ingressar nas universidades públicas brasileiras. Esta desvantagem estaria ligada ao fato destes estudantes não terem acesso a preparos que permitam concorrer em condições equitativas com alunos provenientes da rede particular de ensino.

Contudo, além do fato do deficiente ensino básico e médio público brasileiro, especialmente das escolas municipais e estaduais, há outros fatores que devem ser considerados para compreender a real situação educacional dos indivíduos das classes economicamente desfavorecidas. Dentre estes fatores, encontra-se o fato do sistema educacional contribuir para que as classes que detêm o poder econômico legitimem sua posição de detentora do poder. Essa legitimação ocorre em virtude da imposição do patrimônio cultural e por meio das contribuições do sistema escolar para que haja uma reprodução das classes, sendo que esses mecanismos se relacionam diretamente.

As cotas sociais emergem neste contexto como um mecanismo apto a possibilitar mudanças na ordem anteriormente vigente, envolta pelas relações de poder relacionadas ao sistema educacional, facilitando aos menos favorecidos o acesso ao conhecimento, por meio de instituições que possuem reconhecimento e prestígio no país pela qualidade de ensino. Destaca-se que o conhecimento é uma variável decisiva na atual estrutura social, constituindo juntamente com a informação, nas principais fontes de poder (SANTOS, 2005).

Partindo desta contextualização, a proposição deste ensaio é que as cotas sociais para o ingresso nas universidades federais se justificam não apenas em virtude do ensino público médio e básico deficitário, mas também em virtude das relações de poder que o sistema educacional brasileiro contribui para institucionalizar. Em relação à justificativa deste trabalho, destaca-se o fato de abordar uma temática que atualmente incita discussões; e que a identificação de como essas relações de poder está intrínseca no sistema educacional possibilita iniciar discussões de fatores que não são facilmente identificados, mas que ocasionaram divergências no meio social em virtude da sanção da Lei das Cotas Sociais.

Este estudo contempla, além desta introdução, três seções. Inicialmente, apresenta-se a discussão de como o sistema educacional contribui para institucionalizar as relações de poder na sociedade brasileira, dificultando o acesso de indivíduos das classes menos favorecidas às universidades federais e como as cotas sociais propiciam mudanças nessa ordem. Na sequência, apresentam-se as considerações finais, bem como as referências.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO E AS RELAÇÕES DE PODER

A maior parte das crianças que não conseguem atingir o nível mínimo de escolaridade previsto em lei, pertence às classes mais populares que possuem menor poder

aquisitivo (PATTO, 1992). Nos últimos anos houve uma expansão na oferta do ensino básico, contudo, a simples ampliação do número de vagas nas escolas públicas não é suficiente para resolver o quadro de desigualdade na educação brasileira, que se estabelece desde os primeiros anos escolares e acarretam consequências significativas em toda a vida escolar dos alunos das classes mais desfavorecidas.

Um dos fatores que dificultam o sucesso escolar destes alunos consiste no fato das desigualdades sociais existentes no Brasil resultarem em um sistema de educação que por anos atribuiu aos negros e pobres acessos apenas a educação de qualidade inferior, privando a maior parte destes indivíduos de terem acesso às universidades federais. Desta forma, recursos que deveriam ser dirigidos à promoção de educação de qualidade a todos os brasileiros acabavam concentrados na parcela da população que predomina na política e nos aspectos socioeconômicos brasileiros (GOMES, 2003), uma vez que a maior parte das vagas das universidades federais era ocupada por esta parcela.

Contudo, além das deficiências na qualidade do ensino básico e médio público brasileiro, especialmente das escolas municipais e estaduais, há outros fatores que devem ser considerados para compreender a real situação educacional dos indivíduos das classes economicamente desfavorecidas. Dentre estes fatores, encontra-se o fato do sistema educacional contribuir para que as classes que detêm o poder econômico legitimem sua posição de detentora do poder. Essa legitimação ocorre em virtude da imposição do patrimônio cultural e por meio das contribuições do sistema escolar para que haja uma reprodução das classes, sendo que esses mecanismos se relacionam diretamente.

Ao ingressarem nos primeiros anos escolares, os alunos já possuem um determinado capital cultural e um conjunto de valores profundamente interiorizados. Estes aspectos influenciam nos rendimentos das crianças nas escolas e em suas taxas de êxito (BOURDIEU, 1998). Desta forma, as crianças das classes dominantes apresentam desde os primeiros anos escolares vantagens com relação às crianças das classes mais baixas, uma vez que a cultura disseminada nas escolas refere-se às classes dominantes, e as crianças destas classes já recebem essa influencia no ambiente familiar. Consequentemente, estas crianças assimilam mais facilmente o que é ensinado, enquanto as crianças das classes mais baixas normalmente não recebem esse contato prévio, uma vez que seus familiares comumente não dominam essa cultura.

Por meio da compreensão do uso da linguagem, é possível demonstrar esta realidade. Normalmente, crianças de classes mais baixas tem contato com familiares e

pessoas próximas que não dominam a linguagem formal. Logo, ao ingressarem nas escolas já possuem uma herança cultural que difere dos ensinamentos a serem recebidos. Mesmo após iniciar o processo de aprendizagem, estas crianças vão seguir nesse duplo contado cultural. Já as crianças de famílias com melhor poder aquisitivo, desde o nascimento já possuem contato direto com a linguagem formal, facilitando o processo de assimilação ao ingressarem nas escolas.

O etnocentrismo também demonstra as relações de poder na sociedade brasileira (STIVAL e FORTUNATO, 2008), quanto à questão cultural e, conseqüentemente, quanto à questão das classes sociais. Nesta situação encontram-se os pardos, negros e indígenas, que compõem parte significativa das classes menos abastadas. Apesar da obrigatoriedade de inserir nas escolas ensinamentos sobre a cultura e a história destas etnias, esta obrigatoriedade não é plenamente atendida. Logo, são submetidos a determinados aspectos culturais e há uma institucionalização de preconceitos quanto à cultura destes grupos.

Evidencia-se desta forma uma manifestação ideológica para legitimar a superioridade de determinada cultura em detrimento de outra. Essa violência simbólica faz com que a expressão da cultura das classes economicamente e politicamente dominantes ocasione nos grupos dominados uma perda de identidade pessoal e de suas referências, tornando-os mais propensos à dominação (STIVAL e FORTUNATO, 2008)

Ao impor determinados aspectos culturais das classes dominantes a todas as classes, sem considerar as diferenças sociais e culturais, atribuem uma desvantagem às classes mais baixas desde os primeiros anos no sistema educacional. Assim, para que possam obter êxito nos estudos, estas crianças que se encontram em posição de desvantagem devem apresentar um rendimento excepcional (BOURDIEU, 1998) para que possam ter chances de, ao concorrer nas mesmas condições que as crianças das classes mais favorecidas, ingressarem em uma universidade pública.

Em função desta violência simbólica, que doutrina e domina os indivíduos levando-os a pensarem de determinada forma, há o processo de legitimação da ordem vigente. Isso ocorre em virtude de ser impostos aos alunos um sistema de pensamentos, criando um conjunto de normas e valores que os levam a se identificarem como pertencentes à determinada classe (STIVAL e FORTUNATO, 2008). Conseqüentemente são construídas idéias de que o acesso a determinadas bens e serviços não os pertencem (BOURDIEU, 1998).

Todo esse conjunto de valores e de normas tende a ser transmitidos de pais para filhos, criando uma espécie de ciclo vicioso que os mantêm em determinada classe. Isso ocorre uma vez que, em função de suas experiências anteriores, as famílias já criam esperanças objetivas do que julgam ser possível aos seus filhos. Assim, famílias menos favorecidas cujos pais não tiveram acesso a todos os níveis de educação, tendem a não criar muitas expectativas quanto aos seus filhos neste quesito.

Em contrapartida, as crianças das classes mais altas possuem acesso a um capital de informações da própria família, referente às decisões a serem tomadas no que tange à sua vida estudantil e às recompensas pelo ingresso ao ensino superior (BOURDIEU, 1998). Compreende-se que a atitude da família a respeito da escola consiste em um fator que influencia consideravelmente no prosseguimento nos estudos, sendo estas atitudes relacionadas ao sistema de valores que os membros das classes sociais apresentam de acordo com sua posição social. Ressalta-se que esses valores dos familiares são consequências de suas anteriores experiências escolares.

O sistema escolar então facilita a legitimação de aspectos necessários para manter a ordem social (STIVAL e FORTUNATO, 2008), diretamente na criança e indiretamente por ter anteriormente influenciado seus familiares. Conseqüentemente influi para que as universidades federais sejam constituídas majoritariamente pelas classes dominantes. Assim, a oportunidade de acesso a esta modalidade de ensino é desigual para as diferentes classes sociais (BOURDIEU, 1998), não apenas pelo ensino deficitário da rede pública, mas também pelos valores intrínsecos nas diferentes classes sociais que legitimam a dominação de determinados grupos. Para assegurar essa reprodução, além de assegurar as relações de trabalho e de classe, ocorre a dominação simbólica.

No que se refere à educação superior, um dos mecanismos utilizados para privilegiar as pessoas das classes mais favorecidas e contribuir para que seja mantida a relação de poder entre as classes, são os próprios exames de seleção. Estes mecanismos são legitimados como justos, mas na verdade se baseiam na cultura dominante, beneficiando desta forma a legitimação das classes mais favorecidas.

Vincula-se dessa forma um caráter democrático na seleção das universidades federais, as quais antes da lei 12/711/2012 já eram compreendidas por uma parcela das camadas desfavorecidas, como um instrumento de mobilidade social, sem compreender que não é possível haver equidade ao pleitear uma vaga nestas instituições quando os pontos de partida, como já demonstrado, são diferentes. Enquanto outra parcela, em virtude da

dominação simbólica e do conjunto de valores intrínsecos pelo âmbito familiar, interiorizava que estas instituições não pertenciam a elas em virtude de toda dominação reforçada pelo sistema educacional.

Contudo, após a Segunda Guerra Mundial ganhou relevo questionamentos da ordem por sujeitos sociais em posições desprivilegiadas. Representantes destes grupos iniciaram mudanças na dimensão estruturante das relações sociais de poder que até então perpetuavam na sociedade brasileira com menor índice de contestação, sendo que as desigualdades passaram a ser identificadas para além de aspectos exclusivamente econômicos, regionais ou setoriais, incluindo a raça como um elemento explícito das relações de poder (VIEIRA e MEDEIROS, 2014).

No que se refere especificamente ao ensino superior, nos últimos anos ocorreram mobilização de representantes destes grupos desfavorecidos para fazer valer seus direitos e garantir maiores oportunidades de acesso nas instituições públicas de nível superior. Em decorrência destas mobilizações, sancionou-se a Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas Sociais, que garante que 50% das vagas de todos os cursos, em cada turno em que são oferecidos, de todas as universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia, sejam reservadas para as cotas sociais, sendo as demais vagas ofertadas à ampla concorrência.

Dessas vagas destinadas às cotas, metade deve ser ofertada para estudantes provenientes de escolas públicas com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio e metade para os estudantes que apesar de serem egressos de escolas públicas, possuem renda familiar superior a esta renda estabelecida. Em ambos os casos também se deve considerar a soma de pretos, pardos e indígenas conforme o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2012). A reserva de vagas para negros e povos indígenas gera aversões, contudo, deve-se considerar que o atual quadro brasileiro de produção do conhecimento possui como característica a baixa representatividade dessas etnias (GUARNIERI e MELO-SILVA, 2007), em virtude de toda essa relação de poder que envolve todo sistema educacional brasileiro desde os primeiros anos de inserção do indivíduo.

As cotas sociais proporcionam mudanças na ordem anteriormente vigente, envolta pelas relações de poder relacionadas ao sistema educacional. Emerge como um mecanismo que facilita aos menos favorecidos o acesso ao conhecimento, por meio das instituições que possuem reconhecimento e prestígio no país pela qualidade de ensino. Destaca-se que o

conhecimento é uma variável decisiva na atual estrutura social. Sempre constituiu em uma fonte de poder, porém no atual contexto constitui, juntamente com a informação, nas principais fontes de poder (SANTOS, 2005).

Nesta atual sociedade do conhecimento, a qual é muito exigente em competências cognitivas (SANTOS, 2005), a educação se torna um bem privado que possui considerável importância e cujo valor é atribuído em comparação com os outros detentores de mais ou menos educação na sociedade (SCHWARTZMAN, 2005). Nesta realidade, a exclusão cognitiva conduz à exclusão social, a qual pode resultar em consequências mais traumáticas que a exploração de natureza socioeconômica, uma vez que a exploração gera conflitos, mas a exclusão social mais do que isso mantém o indivíduo a parte das relações sociais (SANTOS, 2005).

Isto acarreta no aumento da disputa por credenciais educacionais com maior reconhecimento, como é o caso das universidades federais brasileiras. Nesta concorrência, antes da sanção da Lei, 12.711/2012, comumente as pessoas que possuíam maiores recursos intelectuais e financeiros, os quais normalmente apresentam-se conjuntamente, conseguiam ocupar as posições mais desejadas, estabelecendo uma forte correlação entre classe social e educação (SCHWARTZMAN, 2005).

Ademais, o ensino, em especial o superior, consiste em um mecanismo fundamental que se destina à formação do fator produtivo trabalho para a economia. Não se afirma que ter um curso superior implica necessariamente em ter um melhor emprego e promover ascensão social, uma vez que há relações complexas que envolvem o campo do trabalho, como apontado no estudo de Lemos, Dubeux e Pinto (2008), no qual os autores indicam que mesmo possuindo o diploma superior no mesmo curso e instituição, a classe social do indivíduo influi no cargo que ele irá ocupar.

Nota-se que as dificuldades das classes menos abastadas continuam após concluírem o curso superior. Contudo, o diploma de um curso superior, em especial das universidades federais, consiste em um aspecto que possibilita maiores oportunidades aos indivíduos das classes desfavorecidas. Assim, considera-se a promulgação da lei 12.711/2012 um avanço frente à ampliação das oportunidades dos indivíduos desses segmentos sociais.

Se válida, desta forma, a importância das cotas sociais para permitir maiores oportunidades para os indivíduos das classes mais desfavorecidas se inserirem com maiores oportunidades no atual contexto, visto que estes indivíduos se encontram em uma situação

que lhes acarreta dificuldades não apenas em virtude do ensino público básico e médio deficitário. Há todo um aparato simbólico que os envolve nessa relação de poder, reduzindo as chances de obter uma vaga nas universidades federais, ao concorrer nas mesmas condições que os indivíduos das classes mais favorecidas.

Depreende-se que é justamente por proporcionar uma mudança da ordem, uma vez que por um longo período as universidades federais foram ocupadas majoritariamente por indivíduos das classes mais altas, especialmente nos cursos mais concorridos (MOTTA e LOPES, 2012), que as cotas sociais ocasionaram tantas divergências no âmbito social. As relações de poder estabelecidas pelo sistema educacional já estavam consolidadas historicamente e inseridas em uma lógica que proporcionava vantagens às classes mais favorecidas e a Lei das Cotas Sociais iniciou mudanças mais significativas nessa ordem.

3. CONCLUSÃO

Este ensaio teve como objetivo mostrar que as cotas sociais para o ingresso nas universidades federais se justificam não apenas em virtude do ensino público médio e básico deficitário, mas também em virtude das relações de poder que o sistema educacional brasileiro contribui para institucionalizar. Para tanto, o sistema escolar impõe determinado patrimônio cultural, além de contribuir para que haja uma reprodução das classes sociais, sendo que esses mecanismos se relacionam diretamente.

Em virtude de tais aspectos, as cotas sociais se justificam por facilitar aos menos favorecidos o acesso ao conhecimento, por meio das instituições que possuem reconhecimento e prestígio no país pela qualidade de ensino. Assim, proporcionam mudanças na ordem anteriormente vigente envolta pelas relações de poder relacionadas ao sistema educacional, uma vez que antes da lei 12.711/2012, as vagas das universidades federais eram majoritariamente preenchidas por indivíduos das classes mais favorecidas, o que acarretava em um ciclo vicioso que favorecia a manutenção das classes.

As instituições superiores foram fundadas no Brasil para atender aos indivíduos da elite brasileira, e nota-se que permaneceram traços historicamente enraizados dessa relação de poder quanto ao ensino superior. Como resultado, houve uma insatisfação de membros das classes mais favorecidas ao deparar com a ampliação da oportunidade de indivíduos das classes desfavorecidas ingressarem nas universidades federais. Acredita-se que essas identificações de como essas relações de poder estão intrínsecas no sistema educacional possibilita iniciar discussões de fatores que não são facilmente identificados, mas que

propiciam a compreensão dos motivos que ocasionaram divergências no meio social em virtude da sanção da Lei das Cotas Sociais.

4. REFERÊNCIAS

BORDIEU, P. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. **Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes**, 1998.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 13 de junho de 2016.

GOMES, J. B. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 15-58, 2003.

GUARNIERI, F. V.; MELO-SILVA, L. L. AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: RUMOS DA DISCUSSÃO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 70-78, 2007.

LE MOS, A. H. C.; DUBEUX, V, J. C.; PINTO, M. C. S. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. **Cadernos EBAPE. BR**, n. 2, p. 368-384, 2009.

MOTTA DA, I. D.; LOPES, H. M. O sistema de cotas sociais para ingresso na universidade pública. **Revista do Instituto do Direito Brasileiro**, n. 11, p. 6823-6857, 2012.

PATTO, M. H. S. A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro. **Psicologia USP**, v. 3, n. 1-2, p. 107-121, 1992.

SANTOS, M. E. V. M. Cidadania, conhecimento, ciência e educação CTS: Rumo a "novas" dimensões epistemológicas. **CTS: Revista iberoamericana de ciencia, tecnología y sociedad**, v. 2, n. 6, p. 137-157, 2005.

SCHWARTZMAN, S. **A expansão do ensino superior, a sociedade do conhecimento, e a educação tecnológica**. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, janeiro de 2005. Disponível em: <http://www.iets.inf.br/biblioteca/A_expansao_do_ensino_superior_a_sociedade_do_conhecimento_e> Acesso em: 13 de junho de 2016.

STIVAL, M. C. E. E.; FORTUNATO, S. A. O. Dominação e reprodução na escola: visão de Pierre Bourdieu. In: **VIII Congresso Nacional de Educação da PUCPR (EDUCERE) e no III Congresso Ibero-Americano sobre Violência nas escolas CIAVE**. 2008.

VIEIRA, P. A. S.; MEDEIROS, P. M. Cotas para negros na UNEMAT: ação afirmativa e novos desafios para a permanência. **Políticas públicas para educação superior**. Org: ROTHEN, J. C.; SILVA, E. P. São Paulo: Xamã, 2014. Disponível em: <<http://www.obeduc.uerj.br/arquivos/livpolpub3.pdf>> Acesso em: 13 de junho de 2016.

CASTRO, S. O. C.; MARTIN, D. G. M.